



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SERVIÇO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS - SECC/DICON/CGAD/DLOG/PF

Contrato nº 37468245-SECC/DICON/CGAD/DLOG/PF

Processo nº 08211.003732/2023-82

TERMO DE CONTRATO

**Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 SERVIÇOS –
COMODATO**

POLÍCIA FEDERAL

(Processo Administrativo nº 08211.003732/2023-82)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/... , QUE FAZEM
ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A).....

..... E
.....

A União por intermédio da Polícia Federal, com sede no(a), na cidade de /Estado , inscrito(a) no CNPJ sob o nº, neste ato representado(a) pelo(a) (*cargo e nome*), nomeado(a) pela Portaria nº, de de de 20..., publicada no *DOU* de de de, portador da Matrícula Funcional nº, doravante denominado COMODATÁRIO, e o(a), *inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, e m* doravante designado COMODANTE, *neste ato representado(a) por* (*nome e função no COMODANTE*), *conforme atos constitutivos da empresa O U procuração apresentada nos autos*, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente *Termo de Contrato de Comodato*, decorrente *do Edital de Chamamento Público nº xx/2024/DPP/PF*, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços comuns de empréstimo gratuito de veículos blindados para a Polícia Federal com o objetivo de atender demandas de deslocamento de autoridades da Presidência da República, Ministérios e Órgãos da cúpula dos Poderes Legislativo, Judiciário e Ministério Público, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Este contrato regula a execução do objeto citado em sua cláusula primeira cujas especificações detalhadas constam anexadas ao Edital de Chamamento Público nº xx/2024, convertido na presente contratação, bem como da proposta aceita no procedimento.

1.3. No objeto deste Comodato poderá haver, mediante acordo entre as partes, inclusão, exclusão ou substituição de veículos, mesmo que de outro modelo, mediante a celebração de Termo Aditivo.

1.4. Fica ressalvado que os Veículos cedidos em comodato por força deste instrumento poderão ser utilizados

pela Comodatária única e exclusivamente no desempenho das atividades profissionais relacionadas às funções da Polícia Federal, sendo expressamente vedada a utilização dos mesmos para quaisquer outros fins, incluindo, mas não se limitando, a fins particulares.

1.5. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
3						
...				[A3]		

1.6. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.6.1. O Termo de Referência;
- 1.6.2. O Edital de Chamamento Público;
- 1.6.3. A Proposta do contratado;
- 1.6.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 60 (sessenta) meses, contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O presente contrato poderá ser prorrogado, mediante termo aditivo, por iguais e sucessivos períodos, no interesse das partes, caso sejam preenchidos os requisitos abaixo enumerados de forma simultânea, e autorizado formalmente pela autoridade competente:

- 2.2.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.2.2. A Administração da Diretoria de Proteção à Pessoa tenha interesse na continuidade dos serviços;
- 2.2.3. O contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração;
- 2.2.4. A COMODANTE manifeste expressamente interesse na prorrogação;

2.3. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições permanecem vantajosas para a Administração, permitida a negociação com o COMODANTE, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- 1.
 - a. 1.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
 - b. 1.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
 - c. 1.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

- d. 1.4. Haja manifestação expressa do COMODANTE informando o interesse na prorrogação;
- e. 1.5. Seja comprovado que o COMODANTE mantém as condições iniciais de habilitação.

2.4. Ao término do período previsto, ficará extinto o comodato, de pleno direito, mediante prévio aviso por escrito, de uma das partes, com prazo mínimo de 30 (trinta) dias de antecedência, sendo facultada sua renovação mediante assinatura de instrumento aditivo pelas partes.

2.5. O COMODANTE não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o COMODANTE tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

2.7. O contrato poderá ser rescindido por livre e espontânea iniciativa de qualquer das partes, mediante aviso por escrito, com prazo mínimo de 90 (noventa) dias de antecedência.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.3. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo do Edital de Chamamento Público.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. Para a presente contratação, não estão previstas transferências de recursos financeiros para as empresas Comodantes, conforme item 9 do Termo de Referência.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. Para a presente contratação, não estão previstas transferências de recursos financeiros para as empresas Comodantes, conforme item 9 do Termo de Referência.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Para a presente contratação, não estão previstas transferências de recursos financeiros para as empresas Comodantes, conforme item 9 do Termo de Referência.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO COMODATÁRIO (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. A COMODATÁRIA, além das obrigações estabelecidas neste Contrato, deve observar as condições constantes do Edital de Chamamento Público e do Termo de Referência.

8.2. Conservar os veículos, de forma a devolvê-los, findo este Contrato, nas mesmas condições de funcionamento e conservação em que os recebeu, ressalvado o desgaste natural pelo uso, resguardados inclusive seus aspectos interno e externo, ou seja, em perfeito estado de funcionamento, com todos seus opcionais, acessórios e equipamentos:

8.2.1. No momento do recebimento dos veículos, a Administração efetuará cuidadosa vistoria dos veículos cedidos em comodato e emitirá relatório anotando todos os eventuais problemas ou pontos de atenção existentes;

8.2.2. Ao final do contrato, o relatório poderá ser utilizado para a verificação de eventuais cobranças ou reparação por danos nos veículos, quando da sua devolução ao COMODANTE;

8.2.3. Conservar e zelar pelos bens ora cedidos em comodato, devendo diligenciar para que seu estado e guarda sejam preservados em quaisquer circunstâncias;

8.2.4. Responsabilizar-se pelas manutenções corretivas, quando necessário, e suportar os custos integralmente delas decorrentes, durante todo o prazo de vigência do contrato, desde que a avaria ou o dano sofrido tenha sido de responsabilidade da Polícia Federal;

8.2.5. Manter as características originais dos bens cedidos, excetuando-se a identificação visual padrão e outras adaptações da Polícia Federal para viaturas ostensivas, se for o caso, ficando vedada qualquer alteração/modificação nos bens cedidos;

8.3. Seguir as prescrições do Manual de Uso e Manutenção, submetendo os veículos regularmente a eventuais revisões, exclusivamente através da Rede Assistencial da marca dos veículos:

8.3.1. Seguir as prescrições do Manual de Uso e Manutenção, submetendo os veículos regularmente a revisões, exclusivamente através da Rede Assistencial da marca dos veículos.

8.3.2. Deslocar os bens cedidos aos locais da rede credenciada indicados pela proponente para manutenções preventivas e corretivas.

8.4. Não ceder, emprestar, locar, dar em garantia ou por qualquer outra forma transferir o veículo a terceiros, no todo ou em parte, sem a prévia e expressa anuência da COMODANTE.

8.5. Zelar para que os veículos sejam utilizados por condutores devidamente identificados e habilitados, assumindo a responsabilidade decorrente de eventual omissão.

8.6. Comunicar à COMODANTE eventual furto ou roubo de qualquer dos veículos, de seus acessórios e/ou equipamentos, denunciando-o as autoridades policiais, o que não exime a

COMODATÁRIA de qualquer ônus perante a COMODANTE, permanecendo responsável pelo ressarcimento de seu valor ou por qualquer dano ou prejuízo que a COMODANTE tenha de suportar.

8.7. Indenizar a COMODANTE por quaisquer danos não cobertos pelo seguro, conforme condições descritas no Termo de Referência - Anexo do Edital, sejam materiais ou pessoais, causados a terceiros ou a qualquer dos veículos, decorrentes, dentre outros, de acidentes de trânsito, uso indevido do veículo, furto, roubo, incêndio.

8.8. Comunicar à COMODANTE qualquer acidente, furto, roubo ou incêndio sofrido por qualquer dos

bens cedidos, fornecendo todos os documentos e informações que se fizerem necessárias envolvendo qualquer dos veículos, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após sua ocorrência sob pena de responder também pelas parcelas que seriam cobertas por seguro.

8.9. Providenciar, em caso de acidente, furto ou roubo de qualquer dos veículos, Boletim de Ocorrência policial ou perícia técnica, enviando à COMODANTE cópia desses documentos, bem como relatório seu sobre o sinistro.

8.10. Fornecer toda a documentação necessária à instrução de processo de sinistro junto à seguradora.

8.11. Obedecer a todas as normas e preceitos das leis e autoridades de trânsito, sendo o único responsável por toda e qualquer eventual infração cometida, bem como pelo pagamento da mesma, o que devera ser comprovado junto à COMODANTE através da remessa do respectivo recibo ou comprovante de pagamento.

8.11.1. Ocorrendo qualquer infração às normas de trânsito, deverá a COMODANTE indicar à COMODATÁRIA o nome do infrator, observadas as formalidades legais.

8.12. Não utilizar os veículos para o exercício de atividades ilícitas, bem como qualquer outra atividade que não esteja em consonância com os termos do contrato, responsabilizando-se por todos os danos diretos e indiretos eventualmente suportados pela COMODANTE em razão do inadimplemento desta cláusula, sem prejuízo da aplicação das demais sanções de natureza civil e criminal.

8.13. Assumir as eventuais despesas com lavagem, reparo de pneus, combustível e aquisição de equipamentos especiais.

8.14. Proibir a circulação dos veículos no caso deles não estarem emplacados ou estarem impedidos de circular em vias públicas, respeitando a legislação e responsabilizando-se por quaisquer danos, prejuízos, acidentes ou fatos decorrentes da utilização do mesmo em locais proibidos.

8.15. Nomear Gestor/Fiscal do Contrato, assim como Fiscal Técnico para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos.

8.16. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela COMODANTE para a fiel execução do contrato, no prazo definido no Termo de Referência, prorrogável por igual período.

8.17. Receber o objeto no dia previamente agendado, no horário de funcionamento da unidade responsável pelo recebimento.

8.18. Solicitar o reparo, a correção, a remoção, a reconstrução ou a substituição do objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

8.19. Permitir o acesso dos empregados da COMODANTE às dependências da COMODATÁRIA, para prestação de serviço.

8.20. Comunicar oficialmente e por escrito à COMODANTE quaisquer falhas verificadas no curso do fornecimento dos veículos e eventual prestação de assistência técnica ou suporte, determinando o que for necessário à sua regularização.

8.21. Aplicar à COMODANTE as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis.

8.22. Entregar à COMODANTE o Código Ética da Polícia Federal, previamente ao início da execução do objeto, para a observância de seus regramentos pelos empregados da COMODANTE, alocados para a prestação de serviços na Polícia Federal.

8.23. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo COMODANTE, de acordo com o contrato e seus anexos.

8.24. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

8.25. Notificar o COMODANTE, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto

fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas despesas.

8.26. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo COMODANTE.

8.27. Aplicar ao COMODANTE as sanções previstas na lei e neste Contrato.

8.28. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo COMODANTE.

8.29. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.29.1. A Administração terá o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.30. Comunicar o COMODANTE na hipótese de posterior alteração do projeto pelo COMODATÁRIO, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.31. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo COMODANTE com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do COMODANTE, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.32. Observar a vedação de recebimento em comodato de bens oriundos de pessoas que estejam respondendo a processo administrativo decorrente de ação de fiscalização em trâmite na Administração Pública.

8.33. Usar os bens cedidos somente para a finalidade a que se destinam.

8.34. Responsabilizar-se pelo transporte dos veículos. de seu estabelecimento até o local determinado para a devolução, bem como pelo seu descarregamento, sem custos diretos e indiretos, tais como tributos, fretes, encargos, manutenções, reparos, troca de peças, caracterização por meio de plotagens e sinais luminosos, entre outros.

8.35. Permitir somente que servidores habilitados na Categoria B ou superior utilizem os equipamentos disponibilizados.

8.36. Entregar os bens cedidos às pessoas treinadas de acordo com as especificações do veículo e instruí-las adequadamente para a condução.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO COMODANTE (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O COMODANTE deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

9.3. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

9.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas despesas, no total ou em parte, no

prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

9.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante.

9.6. A Comodante deverá oferecer rede de manutenção preventiva e oficina em todos os Estados da Federação, prioritariamente no Distrito Federal.

9.7. Responsabilizar-se pelas manutenções preventivas, quando necessário e suportar os custos delas decorrentes integralmente, durante todo o prazo de vigência do contrato.

9.8. Efetuar revisões periódicas que a COMODATÁRIA desde já fica autorizada a fazer na Rede Assistencial da marca dos veículos da COMODANTE no País.

9.9. Indicar, sempre que necessário, locais credenciados para manutenções preventivas e corretivas.

9.10. Manter apólice de seguros vigente durante todo o período do comodato, para cada veículo cedido.

9.11. Contratar seguro obrigatório dos veículos no que se refere a responsabilidade civil facultativa e acidentes pessoais por passageiros.

9.12. Assumir despesas com consertos em casos de acidentes ou prejuízos decorrentes de perdas, fogo e roubo e demais sinistros, na hipótese de o seguro não haver sido contratado.

9.13. Instruir adequadamente as pessoas habilitadas para o uso dos veículos.

9.14. Fornecer todas as peças e acessórios para o devido funcionamento dos veículos.

9.15. Pagar IPVA, licenciamento e demais tributos.

9.16. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.17. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.18. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.19. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.20. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.21. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.22. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.23. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.24. Submeter previamente, por escrito, ao COMODATÁRIO, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.25. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.26. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação no certame;

9.27. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.28. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou

abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o COMODANTE que:

- a. 1. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. 2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. 3. der causa à inexecução total do contrato;
- d. 4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. 5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. 6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. 7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. 8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021);

12.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

13.1. A extinção deste contrato se dará nos termos dos artigos 106, inciso III, ou 137 da Lei n. 14.133/2021.

13.1.1. No caso de rescisão provocada por inadimplemento da COMODANTE, a COMODATÁRIA poderá reter, cautelarmente, os bens cedidos a título de comodato até o valor dos prejuízos causados, já calculados ou estimados.

13.2. No procedimento que visa à rescisão do contrato, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, a COMODANTE terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade de a COMODATÁRIA adotar, motivadamente, providências acauteladoras.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

14.1. Para a presente contratação, não estão previstas transferências de recursos financeiros para as empresas Comodantes, conforme item 9 do Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo COMODATÁRIO, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O COMODANTE é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO (art. 92, §1º)

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Brasília para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Brasília, xx de xx de 2024.

Representante legal do COMODATÁRIO

TESTEMUNHAS:

1-

2-



Documento assinado eletronicamente por **ANA PAULA COELHO DE CASTRO**, Agente **Administrativo(a)**, em 30/09/2024, às 09:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=37468245&crc=D8BC99DF.
Código verificador: **37468245** e Código CRC: **D8BC99DF**.